

Dos “Anos Quentes” à Estabilidade Democrática  
Memória e Ação Política no Portugal Contemporâneo



Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (organizadores)

# DOS “ANOS QUENTES” À ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

MEMÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NO PORTUGAL  
CONTEMPORÂNEO



LISBOA, 2016

© Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (organizadores), 2016

Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (organizadores)

**Dos “Anos Quentes” à Estabilidade Democrática. Memória e Ação Política no Portugal Contemporâneo**

Primeira edição: março de 2016

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-51-8

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Foto da capa cedida por Nuno de Almeida Alves

Revisão de texto: Manuel Coelho

Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)

Site: <http://mundossociais.com>

# Índice

Índice de figuras e quadros.....	vii
Introdução .....	1
<b>Parte I   MEMÓRIA VIVIDA: TESTEMUNHOS DE INTERVENIENTES POLÍTICOS DA ÉPOCA</b>	
1 Guerra Colonial. Contexto e Movimento dos Capitães..... <i>Aniceto Afonso</i>	9
2 A organização política do Movimento das Forças Armadas (MFA). O Programa do MFA .....	15
<i>Pedro Lauret</i>	
3 O processo de descolonização e seu impacto na sociedade portuguesa .....	31
<i>Pedro de Pezarat Correia</i>	
4 Os partidos políticos no processo revolucionário de 1974-1975 .....	45
<i>Miguel Judas</i>	
5 A Constituição de 1976. Formação e desenvolvimento .....	63
<i>Jorge Miranda</i>	
<b>Parte II   MEMÓRIA INDIRETA: A INVESTIGAÇÃO ACADÉMICA SOBRE A ÉPOCA</b>	
6 O processo democrático em Portugal. Da instabilidade à estabilidade política.....	75
<i>Ana Maria Belchior</i>	

<b>7</b>	<b>Os lutos inacabados do império</b> .....	<b>91</b>
	<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
<b>8</b>	<b>A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa. Do 25 de Abril à Lei da Descolonização</b> .....	<b>113</b>
	<i>Luís Nuno Rodrigues</i>	
<b>9</b>	<b>O processo de transição português e o seu contexto internacional</b> .....	<b>127</b>
	<i>David Castaño</i>	
<b>10</b>	<b>O PCP no “Verão Quente”</b> .....	<b>141</b>
	<i>Raquel Varela</i>	
<b>11</b>	<b>Escolher a tempestade. Nacionalizações, intervenções e reestruturações na economia portuguesa durante o PREC (1974-75)</b> .....	<b>155</b>
	<i>Ricardo Noronha</i>	
<b>12</b>	<b>Os jovens e o 25 de Abril. Memória e ação</b> .....	<b>165</b>
	<i>Nuno de Almeida Alves, David Cairns, Tiago Carvalho e Ana Alexandre</i>	
<b>13</b>	<b>Nota final dos organizadores</b> .....	<b>181</b>

## Índice de figuras e quadros

### Figuras

- 6.1 Resultados eleitorais para a Assembleia da República, 1975-2011 (%).. 79

### Quadros

- 6.1 Posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita (1978-1985) (%)..... 77
- 6.2 Posicionamento dos portugueses na escala esquerda-direita, 1978-1987 (%)..... 77
- 6.3 Os governos provisórios e constitucionais, e Presidentes da República, em Portugal, de 1974 a 2011 ..... 82
- 6.4 Poderes do Presidente: as alterações da revisão constitucional de 1982..... 86



## Introdução

Celebrou-se em 2014 o quadragésimo aniversário do 25 de Abril. A redondez do número estimulou a realização de diversos eventos comemorativos (debates, conferências, edições de livros), francamente mais numerosos do que o habitual nos simples aniversários. O livro que agora se apresenta constitui mais um contributo para este acervo, pretendendo estimular o debate a partir da evocação da memória e da reflexão sobre o processo alargado do 25 de Abril de 1974. Em comparação com outras edições de livros realizadas sobre o tema, o presente livro evidencia uma distinção clara na composição do conjunto de autores que para ele contribuíram: uma curiosa conjugação de capitães de Abril, intervenientes fundamentais na atividade política e constitucional da época, e um conjunto de jovens académicos repartidos entre a História, a Ciência Política e a Sociologia. Produz-se, assim, um plural cruzamento de olhares e de análises, entre a memória vivida dos acontecimentos e a memória indireta, construída a partir de múltiplas fontes de observação e reflexão.

A ideia da produção deste volume partiu da realização de dois eventos, ocorridos no ISCTE-IUL em 2012, cujo tema comum assentava no relato, testemunho e debate sobre episódios e processos recentes da história contemporânea de Portugal: o derrube da ditadura, o fim do império colonial e o 25 de Abril como momento culminante na transição da sociedade portuguesa para uma democracia europeia de matriz liberal. O primeiro evento compreendeu a segunda edição das Jornadas de Ciência Política do ISCTE-IUL, realizadas em maio de 2012, sob o mote “Dos Anos Quentes à Consolidação da Democracia”, uma organização do ISCTE-IUL e do respetivo Núcleo de Estudantes de Ciência Política, sob a coordenação da direção da licenciatura de Ciência Política do mesmo instituto. O segundo resultou de um conjunto de palestras de membros da Associação 25 de Abril, desenvolvidas no âmbito das atividades do projeto de investigação MYPLACE (Memory, Youth, Political Legacy and Civic Engagement) em junho de 2012, nomeadamente a realização de grupos de foco com diversos jovens acerca da transmissão da memória histórica destes precisos episódios e processos.

Deste conjunto de iniciativas resultaram muitas comunicações, algumas delas agora revistas e transcritas neste volume, elaborado com um duplo objetivo e materializado num conjunto de 12 capítulos de natureza diversa. O objetivo foi, por um lado, constituir um acervo de informação e de testemunhos das experiências vividas por um conjunto vasto de personalidades que viveram, acompanharam ativamente ou mesmo lideraram alguns dos momentos mais decisivos da história deste período (a oposição ao regime de Salazar e Caetano, o colonialismo e a Guerra Colonial, o 25 de Abril e a transição democrática). Por outro lado, e em jeito de contraponto ao contributo daqueles, foi igualmente propósito neste volume, reunir um conjunto de trabalhos de académicos acerca de alguns episódios particulares ou de processos decisivos das últimas décadas da História Portuguesa, alguns deles com ramificações para o presente e para o futuro, e que pudessem potencialmente oferecer algum distanciamento em relação ao contributo dos primeiros.

O conjunto de cinco capítulos que constitui a primeira parte deste volume apresenta a memória vivida do período após o 25 de Abril, testemunhada por alguns dos seus protagonistas. Toma como temas centrais a Guerra Colonial e o fim do colonialismo português, o papel dos partidos políticos nos “anos quentes” e a elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976. Este período histórico ficou profundamente marcado pelo contributo do Movimento dos Capitães e, mais tarde, do Movimento das Forças Armadas, que constituiu o principal impulso para o fim da Guerra Colonial e o início do processo de descolonização. Por isso, estes capítulos são maioritariamente redigidos por ex-militares (alguns também académicos), que integram agora a Associação 25 de Abril (a exceção é a incontornável abordagem, por Jorge Miranda, da promulgação da Constituição da República Portuguesa em 1976).

O primeiro destes capítulos, intitulado “Guerra Colonial: Contexto e Movimento dos Capitães”, da autoria de Aniceto Afonso (coronel do Exército na reforma, capitão de Abril e autor de diversos títulos sobre a Guerra Colonial) versa sobre a relação entre ditadura e império. Embora assumindo diversas configurações desde o século XV, o Império Português constituiu ao longo do tempo uma peça vital na sustentação económica e política da Metrópole, não apenas no jogo de forças entre as potências coloniais europeias como no plano da conceção simbólica da identidade nacional. Esta identidade entre regime e império é, no entender de Aniceto Afonso, substantivamente reforçada pelo Estado Novo, consistindo o segundo no modo de sobrevivência do primeiro. É este laço inquebrantável que é posto em causa pela Guerra Colonial, pelo seu prolongamento no tempo e, sobretudo, pelo número de baixas registado anualmente em cada um dos teatros de operações. Tal situação conduz os oficiais intermédios (capitães e maiores) das armas combatentes à constatação da inexistência de uma solução militar para o conflito. É desta circunstância que emerge o Movimento dos Capitães e, mais tarde, o Movimento das Forças Armadas que derrubará o regime e porá termo à Guerra Colonial com o desencadear do 25 de Abril de 1974.

A génese e desenvolvimento do Movimento dos Capitães são retratados por Pedro Lauret (comandante da Marinha de Guerra na reserva, membro do Movimento das Forças Armadas e autor de diversas publicações sobre o 25 de Abril e o

Movimento das Forças Armadas) no segundo capítulo deste volume: “A organização política do Movimento das Forças Armadas (MFA): O Programa do MFA”. Partindo do descontentamento dos mais jovens oficiais com o rumo da Guerra Colonial nos três teatros de operações e com a publicação do Decreto-Lei n.º 353/73, de 13 de julho — que integrava oficiais provenientes do quadro complementar (milicianos) nos quadros permanentes do Exército — o autor relata o processo de emergência do Movimento dos Capitães. Em poucos meses este movimento estendeu a sua organização à totalidade dos ramos das Forças Armadas e a todo o território nacional e ultramarino, carecendo ainda, todavia, de um ideário político e de uma expressão clara dos seus objetivos. Da articulação dos membros mais ativos do Movimento dos Capitães com alguns dos elementos mais politizados da Marinha de Guerra constitui-se a substância política do movimento, posteriormente redigida na forma do Programa do MFA. Remontando aos valores fundamentais da oposição democrática, aludindo aos já clássicos “3 Ds” (democratizar, descolonizar e desenvolver), o Programa do MFA e a respetiva aplicação após o 25 de Abril constituirão o passo fundamental para a transição do regime em Portugal, embora com graus diferenciais de aplicação e progresso dos diferentes “Ds”.

No capítulo “O processo de descolonização e seu impacto na sociedade portuguesa”, Pedro de Pezarat Correia (militar antifascista, major em Angola quando deflagra o 25 de Abril) propõe-se desmistificar alguns equívocos prevaletentes sobre a forma como a problemática da descolonização portuguesa em África é por vezes tratada. O capítulo ancora na desconstrução de três equívocos. O primeiro reporta-se à equivalência frequentemente estabelecida entre o processo de descolonização e a mera transferência de poder do colonizador para o país descolonizado, sem atender que este é um processo indissociável do próprio decurso da colonização. O segundo equívoco respeita ao não reconhecimento do processo de descolonização como uma reedição de fenómenos similares ocorridos ao longo da história portuguesa. O terceiro e último equívoco debatido pelo autor reside na identificação do protagonista da descolonização, que privilegia usualmente o colonizador em detrimento do verdadeiro protagonista do processo: o colonizado. O autor destaca ainda a transferência do poder como a única fase do processo de descolonização em que Portugal teve um desempenho positivo, realçando, por oposição, o carácter profundamente negativo da Guerra Colonial.

Miguel Judas (capitão, membro do Movimento dos Capitães que desencadeia o 25 de Abril) inicia o capítulo “Os partidos políticos no processo revolucionário de 1974-1975” com uma discussão crítica alargada do conceito de partido político à luz dos acontecimentos do período revolucionário. Analisa depois o papel dos partidos neste período, atendendo em especial aos momentos políticos mais críticos e/ou emblemáticos do processo de transição para a democracia, tais como o 28 de Setembro de 1974, as eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de abril de 1975, ou o 25 de Novembro de 1975. A linha de argumentação seguida pelo autor assenta na premissa da originalidade da Revolução portuguesa, originalidade essa ancorada na ideia de construção de uma sociedade utópica — socialista democrática. Este ideal terá desde logo desaguado no desencanto pós-revolucionário, e o Partido Socialista é identificado pelo autor como o principal opositor ao alcance daquele

ideal. Este capítulo estende a análise crítica dos partidos políticos até à atualidade, e em especial à incerteza da importância dos ensinamentos da Revolução na adoção de uma alternativa democrática de desenvolvimento e de justiça social para o país.

Por último, a apreciação do processo de construção da Lei Fundamental portuguesa é indispensável para a compreensão plena do período revolucionário, na medida em que inquestionavelmente o reflete. Em “A Constituição de 1976: Formação e desenvolvimento”, Jorge Miranda (constitucionalista, considerado o pai da Constituição de 1976) explica o processo que conduz à aprovação da mesma. Este capítulo reporta vividamente todo o itinerário que conduziu à votação final deste documento em abril de 1976 (da necessidade do recenseamento eleitoral e negociações partidárias, à instituição e funcionamento da Assembleia Constituinte). Paulatinamente descreve o processo de construção e aprovação das normas constitucionais, a par dos desenvolvimentos políticos dos primeiros dois anos de transição para a democracia, evidenciando a importância da conjuntura política naquele processo.

A segunda parte do volume conjuga um conjunto de sete textos de natureza académica, redigidos por investigadores das áreas da História, da Sociologia e da Ciência Política, abrangendo sobretudo o processo de transição política propiciado pelo golpe do 25 de Abril, e evidenciando a passagem dos “anos quentes” à estabilidade política e governativa. Nesta parte retorna-se ao tema da descolonização, e abordam-se outros tópicos, tais como a integração internacional do Portugal de então, as nacionalizações e a economia do país, incluindo ainda um último apontamento sobre a atualidade, trazido pela reflexão dos mais jovens acerca do 25 de Abril, do PREC e do fim da Guerra Colonial.

No primeiro destes capítulos, intitulado “O processo democrático em Portugal: Da instabilidade à estabilidade política”, Ana Belchior (professora e investigadora no ISCTE-IUL e co-organizadora deste volume), procede de forma introdutória e sistematizada à análise deste período de grande intensidade política, balizado entre 25 de abril de 1974 e 19 de julho de 1987, que culmina na primeira vitória por maioria absoluta de Cavaco Silva e na designada estabilização política do país. Após uma descrição analítica do sistema partidário português no período pós-revolucionário, situando protagonistas, ideários e representação junto do eleitorado, a autora examina a longa sucessão de governos provisórios, constitucionais de base parlamentar e de iniciativa presidencial no período considerado, evocando as razões e circunstâncias que motivaram a sua emergência e dissolução. Depois de partidos e governos procede-se à análise dos poderes do Presidente da República no período pós-constituente e após a revisão constitucional de 1982, processo em que se verifica uma diminuição efetiva dos poderes da chefia do Estado e da vocação semipresidencialista do regime, em reforço do sistema político representativo de base parlamentar e da consolidação do regime democrático.

No capítulo seguinte, intitulado “Os lutos inacabados do império”, Miguel Bandeira Jerónimo, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, analisa a intensa revisitação e debate sobre o passado e a memória que se tem processado no Ocidente, uma parte deles resultante do profícuo diálogo entre a historiografia dos fascismos e dos colonialismos. Diversos contextos nacionais são percorridos e analisados, entre os quais o alemão, o holandês, o italiano, o

belga, o britânico e, mais destacadamente, o francês, culminando na problematização crítica dos olhares e discursos entretanto produzidos sobre o colonialismo português. No entender deste autor, a sempiterna excecionalidade do colonialismo português está finalmente a ser questionada e desconstruída. No entanto, este esforço conta com um adversário poderoso e mediaticamente favorecido: o trabalho dos “empreendedores da memória”, sacralizador do testemunho pessoal e da visão pessoal ou grupal em prejuízo do discurso crítico mas epistemologicamente e metodologicamente calibrado da História.

De seguida, em “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa: Do 25 de Abril à Lei da Descolonização”, é de novo abordada a problemática da descolonização portuguesa. Neste capítulo Luís Nuno Rodrigues, professor e investigador no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, apresenta com detalhe o desencadear do debate e das negociações sobre a questão colonial, realçando o papel que o Comité de Descolonização e o secretário-geral da ONU tiveram neste processo. Revela as dissensões das propostas de descolonização do Presidente da República (Spínola) e do Movimento das Forças Armadas, expondo as manobras políticas de bastidores em relação a esta matéria. As diligências de atores políticos relevantes do momento (como por exemplo Mário Soares) e o papel dos apoios internacionais (por exemplo dos Estados Unidos e do Reino Unido), são igualmente desvendados, designadamente na sequência do pedido de admissão da Guiné-Bissau na ONU. A Lei da Descolonização promulgada por Spínola em julho de 1974, a par da aprovação do comunicado conjunto “Portugal/ONU” na sequência da visita do secretário-geral da ONU a Lisboa em agosto de 1974, constituem momentos determinantes na evolução da questão colonial portuguesa. Estas resoluções acelerariam decisivamente o processo de descolonização e desencadeariam posteriormente a independência das colónias portuguesas.

No nono capítulo “O processo de transição português e o seu contexto internacional”, David Castaño, investigador no Instituto Português de Relações Internacionais, aborda o processo de reconhecimento internacional da transição democrática operado a partir do derrube da ditadura. Se no início desta transição era a questão colonial, e o modo como se processaria a autonomia ou independência das antigas províncias ultramarinas, que claramente dominava as preocupações das potências estrangeiras, com o intensificar da luta política no processo revolucionário é a natureza do regime que se instalaria em Portugal que começa a dominar estes fóruns. Através deste texto percebe-se a influência que o jogo político internacional, efetuado pelas principais potências num contexto de guerra-fria, desempenhou na edificação da democracia portuguesa. No entanto, David Castaño alerta o leitor para o próprio papel desempenhado por este contexto na política e geoestratégia internacional, nomeadamente nas relações Leste-Oeste e na transição democrática de Espanha e da Grécia.

O papel d’ “O PCP no ‘Verão Quente’” constitui o tema do capítulo assinado por Raquel Varela, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Neste, a autora discute a validade de algumas das teses que procuraram caracterizar a atuação do PCP neste momento crucial do processo de transição para a democracia em Portugal, marcado por um conjunto de movimentações sociais

alicerçadas na extrema-esquerda e na aliança Povo-MFA, que ultrapassavam largamente a estratégia e o rumo previamente traçados. Estas teses sustentam que o objetivo do PCP neste período era a tomada do poder, se necessário através de um “golpe de Praga”, e tornar Portugal num satélite da então União Soviética. Através deste capítulo, Raquel Varela demonstra ponto a ponto a invalidade destas teses, sublinhando ao inverso o compromisso deste partido com o regime democrático, embora temperado por um sistema económico fortemente regulado pelo Estado e pela nacionalização dos mais importantes segmentos da atividade produtiva.

O contributo de Ricardo Noronha, também investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, compreende o período das nacionalizações, intervenções e reestruturações da economia portuguesa durante o processo revolucionário, com o capítulo intitulado “Escolher a tempestade: Nacionalizações, intervenções e reestruturações na economia portuguesa durante o PREC (1974-75)”. A nacionalização do sistema bancário (impulsionada pelos sindicatos do setor e iniciada nos alvares de 1975 em virtude da maciça fuga de capitais que se anunciava ou do apoio dos respetivos proprietários à contrarrevolução) consiste no primeiro e grande passo de reorganização do tecido económico português decorrente da transição de regime. A influência estratégica do setor em conjugação com as parcelas de capital detidas pelo mesmo nos setores estratégicos da economia conduziu a uma vaga de nacionalizações e processos de tomada de controlo da produção por parte dos trabalhadores nos demais segmentos empresariais, totalizando um significativo controlo público do sistema produtivo no dealbar de 1976. Com o VI Governo Provisório este processo é interrompido, iniciando-se o caminho de estabilização económica e financeira que simultaneamente constitui o epílogo do processo revolucionário.

O último capítulo do volume, intitulado “Os jovens e o 25 de Abril: Memória e ação”, de Nuno de Almeida Alves, David Cairns, Tiago Carvalho e Ana Alexandre (todos sociólogos e investigadores do CIES-IUL, sendo o primeiro co-organizador do presente volume), traz a análise da Revolução de 1974 para a atualidade. Debruça-se sobre a memória histórica que os jovens têm do que foi e como aconteceu a Guerra Colonial, o 25 de Abril e todo o período revolucionário. Analisando dados produzidos no âmbito do projeto de investigação internacional MYPLACE (Memory, Youth, Political Legacy and Civic Engagement), decorrentes da realização de grupos de foco com jovens residentes nos concelhos de Lisboa e Barreiro, em 2013, este conjunto de investigadores traça o olhar dos jovens sobre este período da história recente portuguesa. Verificam, por exemplo, existir entre os jovens um reconhecimento do significado principal da Revolução de 25 de Abril — a mudança de regime — em paralelo com um conhecimento parco e fragmentário do processo que o desencadeou e lhe sucedeu. Os autores realçam a prevalência de uma leitura simplista da realidade pelos jovens, e uma subsequente e inquietante, embora difusa, evocação nostálgica da putativa estabilidade e segurança do período ditatorial. A carência de referências institucionais de ancoragem da memória é também discutida pelos autores como justificação para as limitações encontradas na reconstrução da história pelos jovens.